

FORMAÇÃO E TRABALHO NO COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA ROOSEVELT

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137coletivopracaroosevelt>



Adriana Simões Marino

adrianamarino@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/1443501940849745>

Psicóloga e Psicanalista. Graduada em Psicologia pela Universidade São Marcos e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Mestre, doutora e pós-doutoranda pelo Instituto de Psicologia da USP. Membro do laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL-IPUSP) e do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

Augusto Coaracy

augustocoaracy@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4728708809449439>

Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da USP, mestre em psicologia social na PUC/SP, coordenador e docente no Instituto Gerar de Psicanálise. É atuante em coletivos clínicos e de formação em psicanálise (Psicanálise na Praça Roosevelt, Mutabis).

Miriam Debieux Rosa

debieux@terra.com.br

<http://lattes.cnpq.br/3826964831651958>

Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política e o Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração.

Formação e trabalho no coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt

Psychoanalytic Training and work in the collective Psicanálise na Praça Roosevelt

Formación y trabajo en colectivo Psicanálise na Praça Roosevelt

Resumo

Abordamos a dimensão formativa no trabalho do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, uma iniciativa de clínica pública localizada no centro de São Paulo. O que apontamos como formação psicanalítica não se reduz à oferta de atendimentos públicos, pois inclui a invenção coletiva de uma clínica no território da praça e um trabalho sustentado em intervisões, supervisões e a permanente questão a respeito de nossos laços de trabalho. Tais laços dão a tônica do enlaçamento coletivo, com suas forças transformativas, contradições e entropias. Nesse contexto, a noção lacaniana de transferência de trabalho pode se mostrar insuficiente, uma vez que as práticas formativas do coletivo não são necessariamente remetidas a um “centro”, sobretudo a uma instituição de psicanálise. Ao pensar que o coletivo na Praça Roosevelt é apenas um entre vários que emergiram do Brasil, estaríamos vislumbrando um deslocamento da centralidade das instituições nos processos formativos de psicanalistas? Realçando formações mais ligadas aos territórios, a outras epistemologias e práticas coletivas instituintes?

Palavras-chave: clínica pública; coletivo; formação; psicanálise

Abstract

We address the psychoanalytic training dimension in the work of the collective Psicanálise na Praça Roosevelt, an initiative of a public clinic located in downtown São Paulo. What we point to as psychoanalytic training is not limited to the provision of public care, but also the collective invention of a clinic in the square's territory, the engagement in collective work sustained through interventions, supervisions and, finally, the ongoing questioning of our own working links. These ties set the tone for the collective intertwining, with its transformative forces, contradictions, and entropies. In this context, Lacan's notion of work transference proves insufficient, since the collective's formative practices are not necessarily referred to a "center", much less an institution of psychoanalysis. By thinking that the collective at Praça Roosevelt is only one among several that have emerged in Brazil, would we be envisioning a shift away from the centrality of institutions in the training processes of psychoanalysts? Highlighting formations more connected to territories, to other epistemologies and constitutive collective practices?

Key-words: collective; psychoanalysis; public clinic; training

Resumen

Abordamos la dimensión formativa en el trabajo del colectivo Psicanálise na Praça Roosevelt, iniciativa de una clínica pública ubicada en el centro de São Paulo. Lo que señalamos como formación psicoanalítica no se reduce a la oferta de atenciones públicas, ya que incluye la invención colectiva de una clínica en el territorio de la plaza, la implicación de un trabajo colectivo sostenido en intervenciones, supervisiones y la permanente cuestión respecto de nuestros lazos laborales. Tales lazos dan el tono del entrelazamiento colectivo, con sus fuerzas transformadoras, contradicciones y entropías. En ese ámbito, la noción lacaniana de transferencia de trabajo se muestra insuficiente, dado que las prácticas formativas del colectivo no necesariamente remiten a un "centro", sobre todo a una institución de psicoanálisis. Al pensar que el colectivo en la Praça Roosevelt es solo uno entre varios que surgieron en Brasil, estaríamos vislumbrando un desplazamiento de la centralidad de las instituciones en los procesos formativos de psicoanalistas? Destacando formaciones más vinculadas a los territorios, a otras epistemologías y prácticas colectivas constituyentes?

Palabras-clave: clínica pública; colectivo; formación; psicoanálisis

Transferência com o trabalho

Com a expressão sugerida neste subtítulo, a de uma “transferência com o trabalho”, indicamos um duplo movimento que aponta para: 1-) certa influência da psicanálise lacaniana no escopo de nossas reflexões sobre a formação no trabalho coletivo em uma clínica pública de psicanálise (o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt) e 2-) uma apropriação que pode trazer diferenças quanto à noção lacaniana de “transferência de trabalho”, a partir da proposta de outra lógica, não estritamente direcionada às escolas lacanianas ou a outras instituições de psicanálise. Assim, propomos pensar uma transferência com o trabalho ligada a uma experiência formativa circunscrita tanto pela prática clínica, quanto pela invenção e sustentação de um coletivo situado em um território no centro da cidade de São Paulo – a Praça Roosevelt.

Daremos uns passos atrás para recordar o que seria a transferência de trabalho, conforme o seu contexto de formulação. A relação dessa noção com a Escola de Lacan não é mera ilação e sua única menção se encontra no “Ato de Fundação” da Escola Freudiana de Paris, de 1964 (Lacan, 2003/1964), posteriormente à sua exclusão como didata da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). O não pormenor lastro regional francês de suas iniciativas organizacionais não são nosso foco neste momento, mas sim as poucas passagens em que Lacan se debruçou sobre o trabalho no contexto das organizações de formação psicanalítica. Essa pouca amplitude conflui para nossas questões sobre as relações de trabalho, os dispositivos e espaços organizacionais em jogo na formação psicanalítica, cuja “transferência com o trabalho” – como estamos propondo em nossa experiência – tenta circunscrever.

Nessa única passagem do autor, a referida noção aparece como condição dada por uma relação entre sujeitos (\$-\$), que permite haver transmissão sobre o que uma psicanálise pode ensinar – o que aqui vamos resumir a um saber incompleto sobre o inconsciente e a uma verdade não-toda sobre sua causa.

Então, a transmissão da psicanálise está condicionada a uma relação entre sujeitos, sem que alguém se arvore a ser um mestre, encarnando o saber: “O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho” (Lacan, 2003/1964, p. 242). Essa ideia é situada no bojo de sua formulação sobre o dispositivo do pequeno grupo de trabalho horizontal, o cartel, cuja dinâmica implica dissolução e permuta contínuas – o que seria fundamental na transmissão e produção de um saber em uma Escola.

Na Proposição de outubro de 1967, encontramos o conhecido trecho no qual “o psicanalista só se autoriza de si mesmo” ao mesmo tempo em que a Escola se situa como lugar para onde psicanalistas podem “querer” se endereçar a fim de obterem um reconhecimento em termos de uma “garantia” da formação (Lacan 2003/1967, p. 248). É nesse texto também que o autor propôs o dispositivo do passe a fim de verificar testemunhos que pudessem indicar a passagem de psicanalisante a psicanalista no final de uma análise. Além do cartel e do passe, encontramos a oferta de supervisões, a reafirmação leiga da psicanálise e a circulação das funções institucionais como propostas para a organização da formação na Escola lacaniana. Tais elementos contam com estatuto jurídico e uma associação declarada formalmente – termos que dão lugar à institucionalização da proposta.

Vemos que o contexto onde se situa a noção de “transferência de trabalho” não é simples nem genérico, pois centraliza a Escola lacaniana como espaço social e simbólico desse trabalho transferencial entre psicanalistas. Contudo, é amplo e corrente falarmos das relações de trabalho entre psicanalistas em diversos outros percursos, iniciativas e dispositivos formativos mais ou menos institucionais ou sem uma determinada formalidade instituída - como organizações autogestionárias, tal como o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, além de espaços de circulação ou pertencimento com a presença reconhecida por psicanalistas, como universidades e diferentes equipamentos das políticas públicas (Coaracy Neto, 2025). São experiências diversas ao espaço institucional de uma escola, associação ou instituição psicanalítica, com efeitos de formação conforme a chave “em extensão” – portanto, além daquela “em intensão” concernente à análise pessoal, que compõe o tripé formativo – mas que, há muito, já fazem parte dos circuitos formativos psicanalíticos no Brasil.

Contudo, certas experiências “em extensão” portam maior valor social, no sentido de legitimidade e reconhecimento, quando têm em seu centro uma escola ou instituição. Assim, atualmente, importa marcar que, seja quais forem os jogos simbólicos e materiais em questão, a legitimidade da formação psicanalítica no Brasil não vem se reduzindo às instituições de formação tradicionalmente conhecidas e prestigiosas (Franco, 2023). Especialmente desde 2017, vimos acompanhando a pulverização de organizações coletivas que propõem formações psicanalíticas e/ou clínicas públicas, sem constituírem própria e formalmente uma instituição, associação ou escola psicanalítica. É nesse contexto que discutimos certa extrapolação da noção de “transferência de trabalho”, descentralizando a Escola ou instituição de psicanálise e associando o trabalho à prática coletiva em um território. Mas, antes de tocarmos neste ponto, daremos mais algumas voltas sobre a noção de transferência de trabalho em Lacan.

Essa noção se encontra na esteira do texto de Freud (2011/1921) “Psicologia das Massas”, sendo sensível aos fenômenos grupais e, sobretudo, os de massa (identificações alienantes, submissões hierárquicas e exclusões narcísicas), que podem ser encontrados na larga crítica de Lacan às normativas da IPA, incluindo conflitos notórios com sua participação, a exemplo da dita “excomunhão” de 1963. Desse modo, não é à toa que Lacan vai articular os termos “transferência” e “trabalho” justamente ao propor novas dinâmicas para um trabalho formativo em sua Escola – inicialmente, a Escola Freudiana de Paris, em 1964.

Em nossa primeira leitura, a relação indissociável da noção de transferência de trabalho, presente em texto institucional da sua Escola, parece justificada pela referida conjuntura, o que inclui a invenção de outro espaço institucional mais condizente com os preceitos psicanalíticos para “garantir” uma formação específica – lembrando que as aspas ressoam o próprio termo que Lacan empregou.

Mas, o que pode acontecer se desembaraçarmos o eixo de determinação da centralidade: transferência de trabalho → Escola? Essa pergunta se justifica tanto pela experiência de analistas em coletivos, como já mencionado, quanto pela nossa percepção de que, especialmente no Brasil, as instituições de psicanálise ainda não criaram dispositivos capazes de fissurar a concentração do poder — seja em termos materiais, de legitimidade, encaminhamentos ou ocupação de cargos.

Dunker e Neto (2014) apontam que a resistência de debater sobre o Brasil, sua história e conjuntura, pode estar na base de repetições de impasses fálicos nas instituições de psicanálise lacaniana no Brasil, que vivem inúmeras pulverizações e reproduções de mestres. Não é de se espantar o quão recorrente é ouvir dos diversos coletivos de psicanalistas brasileiros que a psicanálise local seria elitizada, sem considerações por questões de raça, classe e gênero em seus processos formativos, no trabalho cotidiano e nas condições materiais no âmago dos processos formativos que sustentam.

Talvez a emergência atual de diversos coletivos no Brasil, que associam trabalho, formação psicanalítica, territórios e causas políticas, pode enfatizar a pertinência de extrapolar e experimentar “transferências com o trabalho” em psicanálise para além da centralidade e concentração de poderes de uma instituição. Em outras palavras, algo que proporciona um processo formativo capaz de questionar uma lógica histórica de manutenção da legitimidade e das possibilidades de reconhecimento de psicanalistas que se torna segregada e excludente do território brasileiro e sua história.

Ao retomarmos o conceito de transferência freudiano, lembremos que esse fenômeno inconsciente não se apresenta como exclusividade da relação médico-paciente/analista-analisante, mas dá visibilidade à manifestação de certos padrões relacionais cuja carga afetiva é deslocada de sua origem. Freud (1996/1912), inclusive, refere este fenômeno como estando presente no cotidiano das instituições, indicando sua verificação e eficácia para além do encontro analítico.

Contudo, mesmo sem consistir em um fenômeno exclusivo da clínica tradicional, o enquadre e seu manejo psicanalítico se devem ao encontro clínico. Daí que Lacan (1997/1964) tenha dito que a transferência seria equivalente ao seu manejo, a fim de que o sujeito realize um “trabalho” com sua associação livre – sendo o trabalho, em larga escala, feito pelo analisante.

Temos uma importante distinção neste ponto: o “trabalho de transferência” como sendo o trabalho elaborativo em jogo no contexto clínico, tarefa do analisante, isto é, do sujeito sob transferência, e a “transferência de trabalho” no cerne de uma proposta formativa, por meio da relação social em pequenos grupos de trabalho com pesquisa teórica e que se ocupam do espaço institucional da formação na Escola.

Apesar dessa distinção, não nos parece simples transpor o conceito de transferência para um trabalho que alcance o que pode ser uma formação psicanalítica e indicamos ser necessário mais espaço para abordar a questão de que seja o(a) paciente que comparece como quem trabalha numa análise.

No “trabalho de transferência” encontramos um sujeito em seu processo analítico, quando atualiza sua realidade sexual inconsciente e desloca seu afeto amoroso (investe energia, libido) em direção ao saber atribuído a um(a) analista, numa chave de crença de que aquela pessoa irá ajudar de alguma forma. Essa ilusão de que o(a) analista sabe é importante para que o próprio sujeito trabalhe e descubra, no seu percurso analítico, que não só ele mesmo é castrado, mas também o Outro a quem se dirige também é castrado.

Na “transferência de trabalho” cada sujeito do laço social se encontra em sua posição como tal dividida (\$). Por isso que o ensino da psicanálise está condicionado à posição de analisante, de sujeito dividido: “Assim como o analisante que elabora o saber inconsciente em sua própria análise, o ensinante é um trabalhador cuja construção de saber é ordenada por aquilo que não sabe, mas interroga” (Vogelaar, 2018, p. 87). Nesta modalidade de transferência dirigida ao trabalho formativo, o Outro se encontra barrado, mas mobilizando o desejo de saber que aponta para uma formação permanente: “para essa operação insensata, uma psicanálise, na medida em que ela envereda pelos rastros do desejo de saber” (Lacan, 1992/1969-1970, p. 112).

Detalhamos meandros que cercam a noção de transferência analítica e transferência de trabalho em termos de uma aposta institucional que busca levar em conta o inconsciente. Ainda assim, encontramos múltiplas noções em psicanálise que envolvem a dimensão do trabalho, não sendo uma exclusividade da noção que abordamos aqui, como: “trabalho psíquico”, “trabalho do sonho”, “trabalho de luto”. A dimensão do emprego de energia psíquica numa produção é ensejo conhecido dos desenvolvimentos da prática e da teoria psicanalítica. Em Freud (2010/1930), temos que o trabalho escolhido e apreciado exerce uma função para a economia psíquica do sujeito, atuando como uma das possíveis artimanhas humanas contra o sofrimento.

Tendo minimamente dado alguns contornos para as aplicações típicas do termo “trabalho” no campo psicanalítico, nossa vontade, neste momento, é aprofundar a dimensão do trabalho no laço entre analistas que redunde ou permita que se produza algo que chamamos de “formação”. Fica como lacuna a dimensão do trabalho como função social e psíquica da vida em sociedade, o que diz da forma com que transformamos a realidade e de como valores são produzidos, concentrados ou distribuídos. Isso é assunto para outra ocasião. Afinal, o próprio psicanalista é um trabalhador, geralmente, liberal e autônomo, no sentido da ocupação material e do seu lugar social no capitalismo.

Trabalho de formação

Aqui, estamos sublinhando uma “transferência com o trabalho” cuja centralidade se encontra na “tarefa” – em chave pichoniana (2005) – que é feita no coletivo na Praça Roosevelt: os atendimentos aos sábados na praça e as intervisões semanais para a discussão dos casos e do próprio coletivo. É desses trabalhos coletivos que colhemos, compartilhamos e sustentamos, entre alguns, passos importantes de nossa formação psicanalítica.

Com isso, enfatizamos que uma dimensão relevante da transferência, ou seja, da atualização do inconsciente de cada participante do coletivo, se dá a partir do trabalho coletivo, sendo este composto por cada membro do coletivo atuando nas referidas tarefas, bem como a partir dos laços entre os membros e nas contingências emergentes, que nos interpelam a partir do que circula pela praça. Tal atualização transferencial pode forçar um trabalho de elaboração de conflitos e demais expressões do inconsciente, que comparecem nas reuniões semanais de intervisão ou supervisão (neste caso, com alguém externo ao coletivo).

Cada analista se encontra como mais um, já que estamos todos em posição de aprendizagem contínua, pois ninguém está “pronto” – cada um se encontra como analisante, ensinante, trabalhador e sujeito dividido. Ou seja, ao insistirmos numa transferência com o trabalho endereçada ao coletivo, não advogamos que a partir de tais processos prescindamos de que cada um faça seu processo de análise, mas que este processo não é sem atravessamentos de dimensões coletivas emergentes do trabalho na praça, seu território e sua história – e vice-versa. Assim, apostamos que o espaço coletivo é, também, relevante para um trabalho com o inconsciente, além de contorno e oportunidade para simbolizar e dar um tratamento aos conflitos que emergem. Entendemos isso como experiências coletivas de incidência formativa.

Para realçar isso, propomos que os casos clínicos sejam sempre coletivos, mesmo que existam pessoas atendidas por apenas um ou alguns analistas. Sem os atendimentos clínicos nesse território, nossos encontros semanais para intervisão, discussão de textos e deliberações não teriam finalidade, além do possível gesto individual e liberal-caritativo da oferta de atendimentos sem intermediação do dinheiro numa praça. Desse modo, em ressonância ao deslocamento da centralidade de uma escola ou instituição psicanalítica, nesse caso, a transferência se dá com o trabalho coletivo, sem que isso se contraponha à circulação de seus membros em outros tantos espaços que compõem a formação de um psicanalista em nossos tempos.

Entendemos que circular por diferentes espaços de formação – conforme a concepção de “pensar” com os pés, em alusão ao que Tosquelles (1991/2024) e outros autores já articularam – pode ser um forte antígeno contra forças históricas, da ordem das concentrações de poder e mantenedoras das violências de raça, classe e gênero, portanto, uma força contra-endogâmica. No entanto, apenas deslocar o centro de uma formação – neste caso, para o coletivo – pode redundar em efeitos iatrogênicos semelhantes ou iguais ao mal-estar convencional de uma instituição.

É da ordem do provável, aliás, que violências encontradas na sociedade sejam reproduzidas nos coletivos, mesmo com descentralizações relativas a uma prática territorial e dinâmicas horizontais e autogestionárias. Isso porque coletivos também não estão fora deste mundo e tendem a produzir dinâmicas institucionais e a reproduzir o que visam combater (Marino, 2024).

Ao nos apropriar e desdobrar a expressão “transferência de trabalho” como centralizada em uma instituição, muitas vezes desarticulada dos territórios e da história do Brasil, damos notícia das exclusões e miopias típicas das propostas de formação mais tradicionais e historicamente encontradas no país, sobretudo no que não puderam alcançar, à altura do nosso tempo, de uma psicanálise feita no Brasil. O reconhecimento de um elitismo – que inclui no recorte de classe social a concentração de capital simbólico na “classe” de psicanalistas – fez com que, historicamente, a formação psicanalítica se destinasse a pessoas majoritariamente brancas de classe média-alta.

No entanto, as políticas de cotas estudantis permitiram muitos jovens da classe média-baixa, periféricos e não-brancos ingressarem no ensino superior. São processos transformativos relativamente recentes em nossa sociedade, quando, por exemplo, nos primeiros anos do século XXI, tivemos as primeiras leis que fizeram incluir o ensino de história, cultura afro-brasileira e cosmogonias indígenas nas escolas, bem como programas de ações afirmativas para o ensino superior. Tal ampliação de acesso e tentativa de reparação histórica desembocará também nas instituições de formação psicanalíticas, mas, mais incisivamente, como mobilizador e presença cotidiana nos coletivos de psicanalistas.

Realçar essa estratégia de uma transferência com o trabalho enquanto parte de uma formação psicanalítica, descentralizada das instituições, mas não sem elas, é uma forma de realçar contornos formativos de uma rede intermitente, faltosa e circulatória por onde psicanalistas circulam há muito tempo no Brasil (Coaracy, 2025). Em outras palavras, é uma forma de apostar que a formação pode estar afetada pelos efeitos dessas mudanças históricas e materiais dos últimos anos no país. Soma-se a isso um acento dado ao lugar do trabalho na nossa sociedade, pois se trata de uma transferência apoiada em uma categoria de análise e de disputa mobilizadora das lutas de classe.

Dadas essas transformações mais recentes encontradas no país, diferentes instituições de ensino, incluindo aquelas voltadas à formação analítica, vêm se confrontando com fenômenos atinentes ao engessamento epistemológico e ao abalo narcísico oriundo do reconhecimento da composição majoritária de sua classe e recorte racial dominantes.

A exemplo da proposta lacaniana para sua Escola, a de um “lugar de refúgio ou bases de operação contra o que já então se podia chamar de mal-estar na civilização” (Lacan, 1964/2003, p. 244), verificou-se, agora realçado pela visada daqueles de “fora” do muro, um lugar de reprodução do mal-estar social nessas mesmas escolas ou instituições. É nessa conjuntura de possíveis abalos dessas bases que estruturam nossa sociedade que testemunhamos o surgimento de coletivos de psicanalistas com propostas formativas e de clínicas públicas.

Temos acompanhado um deslocamento da centralidade das instituições nos processos formativos de analistas, bem-motivados pelo atravessamento de territórios, por outras epistemologias e práticas coletivas instituintes. Uma abertura condizente ao que Zygouris (2010) entende ser, justamente, o que “impulsiona a criatividade necessária à vitalidade da psicanálise” (p. 142). E, nesse sentido, podemos recuperar a diferença entre o amor ao saber e o amor ao mestre. Distinção que pode ser obliterada em espaços de formação devotados a um único autor ou que concentram sobre si mesmos um lugar ilhado para a formação, paroquiando ao invés de pulverizar as transferências e demais fenômenos de concentração do poder.

Afinal, a formação psicanalítica implica um trabalho feito no laço entre psicanalistas – inclusive entendido como parte inerente dessa mesma formação, pois não há analista sem análise conduzida por pelo menos um outro analista. São laços diversos e cada qual revela percursos singulares cujas experiências comportam forças transformativas, contradições e entropias – eis o que, talvez, seja garantido. Das diferentes afinidades e temporalidades contidas nas transferências de trabalho, ressaltamos que uma transferência com o trabalho pode alçar um comum de uma psicanálise mais a “cara” e implicada com o Brasil.

Referências

- Coaracy, A. R. (2025). *Uma narrativa histórica sobre coletivos de psicanalistas: notas sobre a formação psicanalítica* [Tese de doutorado, Instituto de Psicologia]. Universidade de São Paulo.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. Perspectiva.
- Franco, W. (2023). *Como um analista pensa: ensaios sobre acesso, autorização e pertencimento em psicanálise*. Blucher.
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. Em S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 110–119). Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. Em S. Freud, *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (Vol. 18, pp. 13–122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. Em S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (Vol. 15, pp. 13–113). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969–1970)
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação. Em J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 235–247). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. Em J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 248–264). Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Marino, A. S. (2024). *A psicanálise nas políticas públicas: entre bem-estar e mal-estar social*. Blucher.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. Livraria Martins Fontes.
- Tosquelles, F. (2024). Uma política da loucura. Em A. Santos (Org.), *Uma política da loucura e outros textos* (pp. 51–70). sobinfluencia edições; Ubu.
- Vogelaar, R. B. (2018). Uma re-volta a mais no ensino e na transmissão... para continuar fazendo Escola em Fórum. *Stylus: Revista de Psicanálise*, (36), 85–90.
- Zygouris, R. (2010). Entrevista: Por uma psicanálise laica. *Revista Percurso*, (45). <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1232/1273>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Marino, A.S.; Coaracy, A.; Rosa, M.D. (2026). Formação e trabalho no coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 08-21. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137coletivopracaroosevelt>

RECEBIDO EM: 15/05/2026
APROVADO EM: 25/05/2026